

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	REGULAÇÃO E NATUREZA: ÁGUA, ESCASSEZ E INJUSTIÇA HÍDRICA NO BRASIL								
<b>DOCENTE</b>	BIANCA MEDEIROS								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE213	<b>SEMESTRE</b>	2022.2	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>	Especificidades do ambiental regulatório ambiental. Razões para regular a natureza. Aspectos da regulação ambiental brasileira. Regulação da água. Normas sobre as águas brasileiras. Instrumentos de gestão e regulação das águas. Interfaces da regulação da água bruta e saneamento básico. Fatores sociopolíticos da escassez, crises hídricas e seca. Distribuição e (in)justiça no acesso às águas brasileira.								
<b>OBJETIVOS</b>	Apresentar reflexões teóricas e práticas em torno de temas da regulação e natureza, com intuito de problematizar os dilemas inerentes à regulação do meio ambiente e, em especial, sobre a regulação das águas brasileiras, discutindo temas a respeito dos fatores sociais, políticos e econômicos sobre a distribuição e acesso da água no Brasil.								
<b>METODOLOGIA</b>	Aulas participativas com a discussão de conceitos fundamentais sobre o tema e de casos concretos.								
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Apresentação do curso.								
2	Especificidades do ambiente regulatório ambiental.								
3	Por que regular o acesso à natureza?								
4	Aspectos institucionais do sistema nacional de gestão ambiental.								
5	Principais marcos regulatórios do sistema nacional de gestão ambiental.								
6	Principais instrumentos do sistema nacional de gestão ambiental.								
7	Apresentação de seminários.								
8	O ambiente regulatório das águas.								
9	O sistema de gestão e regulação das águas doces brasileiras.								
10	Aspectos institucionais, cooperação e coordenação na gestão e regulação das águas brasileiras.								
11	Instrumentos de gestão e regulação das águas brasileiras.								
12	Interfaces entre a regulação da água bruta e o saneamento básico no Brasil.								

13	Injustiça ambiental e injustiça hídrica.
14	Escassez, crise hídrica e seca: fatores sociopolíticos, ambientais e econômicos.
15	Distribuição e (in)justiça no acesso às águas brasileiras.
TRILHA	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	X Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	1. Apresentação de seminário. 2. Artigo sobre um dos temas abordados nas aulas. 3. Participação.
BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA	SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha; LAMARE, Julia M. Direito, economia e meio ambiente: uma introdução à regulação ambiental. In: PINHEIRO, Armando Castelar <i>et al.</i> (Orgs.). <b>Direito e Economia Diálogos</b> . 1ed. Rio de Janeiro: FGV DIREITO RIO, 2019, v. 1, p. 543-569. AITH, Fernando Mussa Abujamra; ROTHBARTH, Renata. O estatuto jurídico das águas no Brasil. <b>Estudos avançados</b> , v. 29, n. 84, 2015. IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Desenvolvimento nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil. <b>Revista Crítica de Ciências Sociais</b> , v. 85, p. 23-41, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ABERS, Rebecca Neaera (Org.). <b>Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil</b> . São Paulo: Annablume, 2010. ACSELRAD, Henriette al. <b>O que é justiça ambiental?</b> São Paulo: Garamond, 2009. BAIRD, Julia <i>et al.</i> Contemporary Water Governance: Navigating Crisis Response and Institutional Constraints through Pragmatism. <b>Water</b> , v. 8, n. 6, artigo 224, 2016. SCARE, Roberto Fava; ZYLBERTZAJN, Decio. Escassez de Água e Mudança Institucional: Análise da Regulação dos Recursos Hídricos nos Estados Brasileiros. <b>RAC-Eletrônica</b> , v. 1, n. 1, art. 3, p. 31-46, jan./abr. 2007. VIEGAS, Eduardo Coral. <b>Visão Jurídica da Água</b> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.